

Fundo vai distribuir melhor os recursos e aumentar o investimento por aluno

Ana Magdalena Horta

• Não se pode dizer que o Governo está ignorando o quadro caótico do sistema educacional no Brasil. Entre esta semana e a próxima, o Congresso deverá aprovar a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Por detrás do nome extenso, está uma proposta de realocação de recursos que promete melhorar a qualidade do ensino em todo o

país, já a partir do ano que vem.

— A idéia é priorizar o ensino fundamental e valorizar o professor — explica Barjas Negri, secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação.

O Governo não tem números oficiais sobre quanto se gasta com o ensino fundamental, mas o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) estima que apenas cerca de 0,8% do PIB seja aplicado no nível básico, que atinge

perto de 30 milhões de alunos. Ainda segundo o Ipea, o gasto por aluno, em média, varia entre US\$ 100 e US\$ 120.

Negri diz que, com o Fundo, o objetivo é chegar a um investimento anual médio de R\$ 495 por aluno, com recursos da ordem de R\$ 14,2 bilhões. Atualmente, eles não chegam a R\$ 7 bilhões, ou 37% dos R\$ 18,8 bilhões provenientes da receita de estados e municípios, que são obrigados, pela Constituição, a destinar 25% da arrecadação para o ensino.

O Fundo muda esse quadro, vinculando 15% da receita de estados e municípios exclusivamente para o Primeiro Grau. Ele garante recursos federais para localidades que arrecadem pouco imposto, para garantir um investimento mínimo de R\$ 300 anuais por aluno.

Além disso, garante que 60% dos recursos de impostos e transferências sejam destinados para o pagamento dos professores.

— Vamos valorizar a sala de aula — diz Negri. ■